Processo TC nº 001.652/2012-5
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao Acórdão nº 3224/2011-Plenário, proferido no âmbito do TC nº 003.188/2011-6, em que foram apuradas irregularidades em subcontratações de transporte escolar realizadas pela Prefeitura de Guaramiranga/CE.

2. Em expedientes de peças 68 e 86, a empresa Performance Rent a Car Ltda.-ME comparece aos autos com o objetivo de pugnar pela declaração de nulidade do TC nº 003.188/2011-6 e do presente feito, sob a alegação de que não teria sido citada em ambos os processos.

3. Após analisar os argumentos da entidade, a Secex/CE sugere que tais documentos sejam recepcionados como meras petições, com fundamento no art. 174 do Regimento Interno desta Corte. Adicionalmente, a unidade técnica propõe comunicar a empresa Performance Rent a Car Ltda.-ME de que a alegada nulidade processual não foi confirmada.

4. De fato, as alegações da empresa não devem prosperar. No âmbito do TC nº 003.188/2011-6, a empresa realmente não foi citada, uma vez que no bojo daquele processo este Tribunal apenas determinou a instauração desta TCE por meio do Acórdão nº 3224/2011-Plenário e autorizou a citação solidária da entidade e outros responsáveis. Assim, é plenamente justificável a ausência de citação da empresa no curso do TC nº 003.188/2011-6, porquanto as deliberações ali proferidas não impuseram qualquer sanção à entidade.

5. Nestes autos, a empresa Performance Rent a Car Ltda.-ME foi citada por meio do Ofício nº 132/2012-TCU/SECEX-CE (peça 3), cujo recebimento é atestado pelo Aviso de Recebimento de peça 8. As alegações de defesa apresentadas pela entidade, em resposta à notificação deste TCU, constituem a peça 13 deste processo e foram apresentadas por sua representante legal à época (peça 13, p. 29). Por conseguinte, reputo não haver espaço para se questionar a realização da citação da entidade, uma vez que ela compareceu aos autos para apresentar defesa.

6. Ante o exposto e considerando adequada a análise efetuada pela unidade técnica, este representante do Ministério Público/TCU manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento alvitrada na instrução de peça 97, ratificada pelo pronunciamento de peça 98.

Ministério Público, em dezembro de 2015.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral